14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 26 DE JUNHO DE 2014.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve inicio a décima quarta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da vice-presidente Ernestina Maria de Assunção Cintra, representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento à Portador de Deficiência e Grupos Minoritários. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros sendo quatro (4) do poder público e onze (11) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: José Fernando Siqueira da Silva, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco. **Conselheiros suplentes:** Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. **Conselheiros na titularidade**: Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Adriana da Silva Bazon Porfírio, Águeda Coelho Marques Soares, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capel, Juliana Bertazzi Passone. **Com a seguinte pauta**: **Assuntos: Oficio CEPROL nº 111/2014 -** Solicitação de alteração no Plano de Aplicação dos Recursos Municipais; **Termo de Aceite -** para cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção do acesso ao mundo do trabalho - ACESSUAS Trabalho; **Indicação de substituição de conselheiro da sociedade civil -** Comissão Prefeito Amigo da Criança; **Piso Social São Paulo –** proposta do Órgão Gestor para utilização do recurso. **Informes**: **Programa Minha Casa Minha Vida** – cartilha com orientações - inscrições de 30/06 à 15/08**; Publicação da resolução CNAS 15/2014** – Orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família – PBF; **Convite CIEE –** 1º Simpósio Regional: Aprendiz Legal- Dia Internacional de Prevenção às Drogas. A vice-presidente Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas dos conselheiros ausentes: Dalva, Márcio, Padre Célio, Cristiane e Josiane. Posteriormente, a mesma exibiu a pauta do dia, aprovada sem alterações. Em seguida a 1ª Secretária, Elisa, fez a leitura da ata do dia 12 de junho, que foi aprovada com as sugestões de correções apontadas pelas conselheiras Tina e Jane e pela representante do COMUTI, senhora Victalina. Dando seguimento Tina apresentou o primeiro assunto da reunião sobre a solicitação da Associação de Instrução Popular e Beneficência – CEPROL. Tina explicou que no início do ano todas as entidades apresentam um Plano de Trabalho no qual é definido como o recurso será aplicado, podendo ser em despesas de custeio ou de auxílio. Exibiu o oficio da entidade CEPROL o qual justifica a solicitação de alteração no plano de aplicação do recurso recebido para o desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças e adolescentes no Bairro City Petrópolis. Esclareceu que a entidade apontou a necessidade de comprar alguns equipamentos, considerando que no inicio do ano não havia sido previsto o desenvolvimento desse serviço em núcleo descentralizado, porém diante da demanda detectada juntamente com o CRAS Norte, definiu-se pelo inicio das atividades já neste ano de 2014. Informou que está previsto o repasse para o desenvolvimento do SCFV neste núcleo descentralizado no valor de R$ 99.137,50 (noventa e nove mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na modalidade de Subvenção. A entidade solicita que desse total seja

remanejado o valor R$ 12.302,00 (doze mil trezentos e dois reais) para a modalidade auxilio para ser utilizado em despesas de equipamentos. A conselheira Jane, enquanto representante do Órgão Gestor, explicou que a SEDAS também recebeu o mesmo ofício. Lembrou que o CEPROL executa o SCFV de Crianças e Adolescentes, na sede própria, há bastante tempo e que neste ano se dispôs a assumir um núcleo descentralizado no Bairro City Petrópolis. Disse que conforme deliberado em reunião do Conselho, todas as entidades que iniciaram a execução nos núcleos descentralizados receberam um Kit de equipamentos, além de um recurso no valor de R$ 28.637,50 (vinte e oito mil e seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) de apoio à gestão. Porém, esse recurso de apoio à gestão não pode ser utilizado para compra de equipamentos, considerando que é oriundo da reprogramação de saldos de recursos federais. Disse que diante da justificativa apresentada pela Entidade para alteração no Plano de Aplicação de recursos para a compra de alguns equipamentos específicos, o Órgão Gestor tem parecer favorável. A Sra. Victalina apontou que esse remanejamento pode transgredir uma orientação do Tribunal de Contas que determina que as verbas de custeio não podem ser utilizadas para compra de equipamentos. Clóves disse que a justificativa da entidade é pertinente, portanto acha justa a aprovação da solicitação. Tina enfatizou que a observação da Sra. Victalina foi coerente, pois se a entidade faz o Plano de Trabalho para aplicar em custeio, ela não pode desviar a finalidade e aplicar em equipamento. Porém essa situação é permitida quando é justificada a situação e encaminhada para parecer do Órgão Gestor, deliberação do Conselho e elaboração de Lei para a alteração da rubrica orçamentária. Jane enfatizou que não poderia considerar a solicitação sem seguir todos esses procedimentos e trâmites administrativos. A conselheira Fernanda lembrou que não é a primeira vez que o Conselho delibera questões como esta, e que muitas vezes a entidade se depara com algumas necessidades que não haviam sido previstas inicialmente. Jane destacou que se não fosse o esforço e aceite da entidade na instalação desse núcleo, as crianças do Bairro City Petrópolis estariam sem atendimento. O conselheiro José Carlos reforçou que esse tipo de processo é denominado remanejamento de verba e que é um procedimento normal e não vê problemas na aprovação. Após as discussões, o colegiado deliberou pela aprovação da solicitação do Ceprol. A vice-presidente Tina deu sequência ao próximo assunto da reunião sobre o Termo de Aceite do ACESSUAS/PRONATEC. Jane fez uso da palavra para referir-se ao assunto. Informou que participou da formatura do PRONATEC no dia anterior, onde estiveram presentes 147 alunos do curso de cuidadores de idosos. Afirmou que a equipe do ACESSUAS tem desenvolvido um trabalho muito importante na mobilização das pessoas, na definição junto aos usuários quanto aos cursos que serão ofertados e no acompanhamento dos alunos e auxilio àqueles que tiveram dificuldades de manterem-se frequentes nos cursos, evitando possíveis evasões. Jane esclareceu que com a renovação do Termo de Aceite as ações terão continuidade por mais um ano. Afirmou que o Órgão Gestor é favorável ao Aceite, considerando que é um programa da Política de Assistência Social. Disse que o MDS fez elogios ao trabalho e aos resultados de Franca nesse Programa. O conselheiro José Carlos também falou da importância do Programa e destacou que ficou evidente a satisfação dos formandos ao receberem o diploma do curso. Tina questionou se a documentação de orientação referente ao Aceite apresenta dados sobre metas e possível cofinanciamento. Jane informou que a meta de mobilização

estabelecida para este ano já foi cumprida pela equipe do ACESSUAS no primeiro semestre e quanto ao cofinanciamento ainda não recebeu informações sobre valores, mas acredita que provavelmente virá mais recurso. Salientou que o município ainda conta com R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) de saldo para utilização nas ações de custeio, ou seja, para pagamento dos trabalhadores, compra de material, lanches em eventos, divulgação e também para locação de imóvel para a equipe. Apontou dificuldades de aplicar todo o recurso em razão do gasto ser limitado a despesas de custeio, não podendo utilizá-lo com equipamentos e materiais permanentes. Após as discussões e esclarecimentos o Termo de Aceite do ACESSUAS foi aprovado pelo colegiado. Dando seguimento Tina passou para o próximo assunto referente à solicitação de substituição da conselheira da sociedade civil, indicada anteriormente à Comissão Prefeito Amigo da Criança. A conselheira Fernanda fez uso da palavra para esclarecer o motivo da sua substituição. Explicou que a alteração do horário das reuniões da comissão para o período da manhã impossibilitou a sua participação por coincidir com outros compromissos assumidos por ela anteriormente. Informou que a sua indicação foi devido a sua representação no segmento de Atendimento à Criança e Adolescente e por isso sugeriu que o conselheiro Leonel seja indicado a essa comissão. Leonel questionou qual a periodicidade das reuniões e Fernanda esclareceu que elas ocorrem mensalmente, no período da manhã. Assim, ficou definido que o conselheiro Leonel representará o CMAS na Comissão Prefeito Amigo da Criança. Tina deu seguimento à reunião e a palavra foi cedida para a representante do Órgão Gestor, Sra. Jane, para esclarecimentos sobre o próximo assunto da pauta. A mesma apresentou as informações sobre o Piso Social São Paulo explicando que este é um recurso baseado nos índices do município e nos critérios estabelecidos pelas Resoluções 005/2014 e 016/2014 da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo – SEDS/SP. Apontou que o município de Franca foi contemplado com o repasse anual no valor de R$17.621,90 (dezessete mil seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos). Nesse momento da reunião alguns conselheiros fizeram algumas reflexões acerca da discrepância de cofinanciamento entre o Estado e a União, bem como sobre as limitações para utilização de recursos. Posteriormente José Fernando enfatizou que é papel dos conselheiros defender e assegurar a Assistência Social como direito. Tina citou o decreto presidencial sobre a Política de Participação Social, publicado recentemente, e falou sobre as discussões que estão sendo feitas acerca deste decreto, enfatizando a importância dos conselheiros se apropriarem dessas informações. Retomando o assunto sobre o Piso Social São Paulo Tina explicou que de acordo com as Resoluções SEDS e orientações da DRADS, os municípios que serão contemplados com esse Piso Social são aqueles que utilizaram mais de 90% dos recursos financeiros repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social no mesmo exercício. As orientações trazem ainda informações de que o conselho e o Gestor tem autonomia na definição de aplicação desse recurso e solicitou a Jane que se manifestasse quanto à proposta do Órgão Gestor. Jane esclareceu que a sugestão é repassar o valor total para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias executado pela “Casa de Acolhida Filhos Prediletos”, considerando a complexidade do serviço desenvolvido e devido o aumento da demanda de atendimento que está ultrapassando a meta cofinanciada. Tina ressaltou que por ocasião da Inscrição do Serviço executado pela referida entidade,

essa situação já havia sido verificada. Após as considerações e esclarecimentos, o colegiado aprovou a proposta do Órgão Gestor de destinação do valor total do Piso Social São Paulo para a “Casa de Acolhida Filhos Prediletos”. O conselheiro Leonel questionou se no município de Franca existe o CETREN ou algum trabalho nessa linha. Jane esclareceu que os serviços tipificados para a população em situação de rua são os que já fazem parte da assistência social do município, ou seja, o Centro POP, o Serviço de Acolhimento e a Casa de Passagem, sendo que esta última está em processo de organização. José Fernando complementou que a Política de atendimento à pessoa em situação de rua deve garantir o atendimento com qualidade e com o objetivo de inclusão. Victalina disse que nessa discussão deve ser incluída também a importância do trabalho com a família. Finalizado todos os assuntos e discussões da pauta, Tina deu seguimento aos informes da reunião. Como primeiro informe, Jane fez uso da palavra para esclarecer sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Explicou que as inscrições para o Programa terão início a partir do dia 30 de junho – segunda feira, no Parque Fernando Costa. Algumas Cartilhas do Programa Minha Casa Minha Vida com todas as orientações foram distribuídas aos conselheiros e participantes da reunião. Jane disse que o programa prevê acompanhamento técnico social e a Secretaria de Ação Social tem uma equipe que desenvolverá esse trabalho. Os critérios municipais foram definidos num trabalho articulado entre a Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Planejamento. Ressaltou que a Administração Municipal garantiu que haverá lisura em todo o processo. Como próximo informe Tina apresentou a resolução CNAS 15/2014, publicada recentemente, que traz orientações sobre a organização e o funcionamento do conselho como instância de Controle Social do Programa Bolsa Familia e ressaltou a importância de todo o colegiado conhecer e se apropriar das orientações. Salientou que com a aprovação da alteração da Lei de Criação do CMAS, o colegiado deverá se preparar para assumir essa função, considerando que é uma das prioridades e metas estabelecidas para a Gestão do SUAS para o quadriênio 2014/2017. Finalizando apresentou o convite do CIEE sobre o 1º Simpósio Regional: Aprendiz Legal - Dia Internacional de Prevenção às Drogas. Maria Amélia informou que o CIEE solicitou a participação e confirmação de presença de um representante do Conselho para este evento que acontecerá nesta data às 14h00, na Câmara Municipal. A conselheira Adriana assumiu o compromisso e representará o Conselho no evento. Nada mais havendo a tratar, Tina agradeceu a participação de todos os presentes e a ata foi lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.